

# ENTRADA DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL ENTRE 1995 E 2013: IMPORTÂNCIA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Tiago Diersmann\*  
Marcio Roberto Piccoli\*\*  
Ardinete Rover\*\*\*

## Resumo

Nos últimos anos, os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) na América Latina aumentaram substancialmente, mesmo com diversas crises financeiras pelas quais o mundo passou durante esse período. Boa parte desse fluxo de investimento tem se concentrado em países em desenvolvimento, como o Brasil. A pesquisa objetivou analisar os fluxos de IED no Brasil, durante o período de 1995 a 2013, visando identificar, mediante a trajetória histórica, quais fatores determinaram o aumento ou a diminuição desse investimento. Para isso, utilizaram-se os dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil e outros organismos financeiros. Os resultados evidenciaram que a conjuntura econômica internacional e fatores de estabilidade econômica, como controle da inflação e alta rentabilidade nos investimentos, são fatores que determinaram a entrada constante desses investimentos em uma nação, em especial, o Brasil, país que, no grupo das nações em desenvolvimento, vem se destacando como um importante ator no cenário global.

Palavras-chave: Investimento estrangeiro direto. Desenvolvimento. Economia brasileira.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre as transformações decorrentes da abertura comercial brasileira a partir de 1990, a entrada de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) no Brasil apresenta-se como uma interessante dinâmica de transformação econômica a ser estudada.

Buscou-se, por meio deste estudo, entender como o fluxo de capital, que chegou a alcançar no ano 2011 a cifra recorde de US\$ 65,3 bilhões, esteve ligado a fatores como estabilidade econômica, rentabilidade e políticas de incentivo nacionais, representando nesse ano a maior entrada quantitativa de capital no Brasil em toda a sua história.

A problemática apresentada surgiu a partir da observação do autor de que rotineiramente a mídia apresenta os dados do IED como importante termômetro do desempenho da economia brasileira.

Diversos estudos foram realizados sobre esse tema; Caves (1971) investigou basicamente sobre a relação do IED com o setor industrial. Entre suas conclusões, países receptores de IED podem se beneficiar pela arrecadação de impostos, pelo treinamento de trabalhadores e pelo transbordamento de produtividade para empresas locais. Autores como Liu (2008), trabalhando sobre o aspecto tecnológico, e Pessoa (2008), procurando entender como ocorre o aumento de produção por intermédio do IED, indicam que ele gera melhorias no emprego de tecnologias, métodos gerenciais, desenvolvimento de novos produtos e processos e transferência de conhecimento para fornecedores e clientes, que utilizarão produtos tecnologicamente mais desenvolvidos e mais baratos.

Ainda, segundo Pessoa (2008), competidores locais também podem se beneficiar atraindo funcionários com conhecimentos específicos das empresas que possuem capital estrangeiro. De acordo com ele, para o país que recebe

\* Graduado em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pós-graduando em Administração Financeira da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Rua Afonso Edmundo Dresch, 120, Centro, Luzerna, 89609-000; tiago.diersmann@unoesc.edu.br

\*\* Professor do Curso de Pós-graduação em Administração Financeira; coorientador; marcio.piccoli@unoesc.edu.br

\*\*\* Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba; orientador; ardinete.rover@unoesc.edu.br

esses investimentos, os benefícios são decorrentes tanto do desenvolvimento que ocorre onde o capital estrangeiro foi alocado quanto do conhecimento e tecnologias para empresas concorrentes e independentes; também enfatiza que o IED fortalece a competição e o aumento da produtividade, acarretando queda de preços e disposição mais eficiente dos recursos.

Percebeu-se que os estudos já produzidos sobre o tema, normalmente, abordavam questões específicas e não o impacto do IED sobre a economia em um âmbito geral. Além disso, percebeu-se que esses trabalhos foram produzidos até os anos 2008 ou 2009, existindo poucos estudos mais atualizados. Acredita-se que a falta de estudos após 2009 se deve ao fato de que este foi o ano que teve o maior número de pesquisas sobre o tema e, naturalmente, os estudiosos buscaram estudar, então, outras áreas menos exploradas.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo analisar a importância do IED na economia brasileira entre 1995 e 2013, conceituando IED e apresentando historicamente como ele se processou no período pesquisado, por intermédio do uso de gráficos construídos com dados apresentados por órgãos como o Banco Central do Brasil (Bacen), o Banco Nacional de Desenvolvimento (Bndes) e a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD).

A partir da problemática apresentada, a pesquisa justifica-se pela reduzida produção científica produzida sobre o tema recentemente e pelo destaque que a mídia costuma dar à entrada de capital externo no Brasil, muitas vezes, com anúncios de fechamento diário da bolsa de valores, cotação de moedas estrangeiras e outros indicadores financeiros importantes para o entendimento de desempenho da economia.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Visando a uma maior compreensão referente ao assunto abordado, esta seção apresenta a forma conceitual de itens considerados importantes para o entendimento do IED, bem como o histórico da entrada desse tipo de capital frente ao cenário nacional e mundial.

### 2.1 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

Basicamente, a entrada de capital externo divide-se em dois formatos: investimentos estrangeiros diretos (IEDs) e investimentos de carteira; no primeiro formato, o investimento externo direto, o investidor estrangeiro, ao transferir determinado montante de capital para uma empresa situada além das fronteiras geográficas do seu país de origem, passa a exercer controle sobre as tomadas de decisões desse empreendimento; no segundo caso, os investimentos de carteira envolvem a transferência internacional de capital financeiro, sob a organização do mercado, na maioria dos casos mediante empréstimos intercompanhias (SERRA, 2010).

O IED, normalmente, apresenta-se como a introdução em determinado país de capital para a criação de empresas agrícolas, indústrias e empresas relacionadas ao setor de serviços em longo prazo, é visível, muitas vezes, por meio de privatizações ou aquisições de empresas já existentes (SERRA, 2010).

O IED pode ser fonte de desenvolvimento econômico, pois gera mudanças no fluxo econômico pela entrada de capital em alguma indústria já existente, ou pela instalação de uma filial no país que recebe esse investimento. De qualquer forma, deverá ocorrer uma mudança na economia do país que está recebendo o investimento (SERRA, 2010).

Basicamente, o IED é dividido em duas modalidades: participação no capital e empréstimos intercompanhias. O primeiro vem se relacionar às entradas derivadas de investimentos feitos fora do Brasil que contemplam aquisições de companhias a partir de 10% de suas ações; no segundo caso, os empréstimos intercompanhias são os créditos retirados pelas filiais estabelecidas no Brasil e que são cedidos pelas suas matrizes do exterior (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Os IEDs podem ser realizados com a finalidade de lucros futuros, isto é, eles são transferidos das regiões onde os lucros não estão sendo tão atrativos para aquelas das quais se espera um lucro alto, sempre após considerar o risco. Descarta-se a existência de outros fatores que exercem influência sobre as condições de custo e receita: restrições ao comércio, regulamentação do investimento, condição de demanda do mercado, custos da mão de obra e custos de transportes (CARBAUGH, 2004).

Uma interessante corrente teórica no estudo do IED é a proposta por Dunning (1993), em sua obra *Determinants of Foreign Direct Investment*, publicada em 2004 pelo Banco Mundial. O autor analisa que esse tipo de investimento acontece, basicamente, porque os investidores decidem em que país esses recursos são alocados pela vantagem financeira ali obtida; segundo ele, o IED acontece: pela busca de recursos, procura por maior eficiência, mercados consumidores atraentes e a busca por mais ativos estratégicos, além dos incentivos concedidos pelos países hospedeiros desses recursos.

### 2.1.1 Histórico de entrada de IED no Brasil

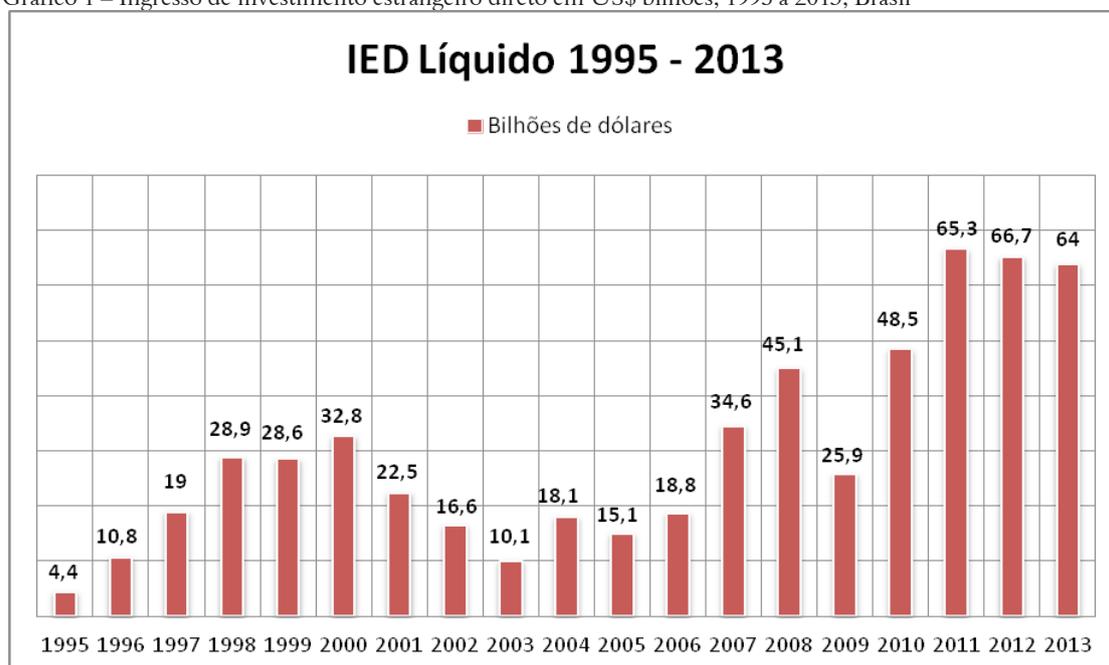
Quando se fala sobre IED no Brasil, a análise do período anterior a 1995 é essencial para a compreensão de como ele acontece no país.

O período após a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir de 1946, foi marcado por investimentos no país voltados às indústrias de base, essencialmente, para o setor produtivo, com a implantação de montadoras como Volkswagen, Fiat e Ford, o que acontece de maneira contínua até 1982, quando o Brasil e vários países latino-americanos começam a apresentar problemas quanto à liquidez e pagamento da dívida externa. Em 1987, o Governo José Sarney anuncia a suspensão temporária do pagamento da dívida brasileira, provisoriamente, afastando investidores externos (GREGORY; OLIVEIRA, 2005).

A mudança do quadro de investimentos no país começa a ser modificada a partir de 1994, com a implantação do plano real e a estabilização monetária. A população brasileira passa a ser novamente vista internacionalmente como um atraente mercado consumidor (CEPAL, 2004).

Para o entendimento histórico aqui proposto, da entrada de IED, apresenta-se a seguir o Gráfico 1 com a entrada quantitativa desse capital.

Gráfico 1 – Ingresso de investimento estrangeiro direto em US\$ bilhões, 1995 a 2013, Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil (2014).

O Gráfico 1 permite perceber como existiu ao longo dos anos pesquisados uma intensa variação na entrada de IED no Brasil. Analisar-se-á, a seguir, algumas das razões dessa oscilação dentro das conjunturas econômicas brasileira e mundial.

A partir de 1995, o Governo brasileiro promoveu, entre outras coisas, a aprovação de leis que permitiram o fim do monopólio estatal sobre setores estratégicos, como telecomunicações, energia e mineração. Isso levou, a partir

de 1996, o Brasil à condição de importante mercado para investimentos de privatização; nesse mesmo ano, o Brasil, inclusive, passa a lançar no mercado bônus negociáveis da dívida a fim de atrair capital estrangeiro (CEPAL, 2004).

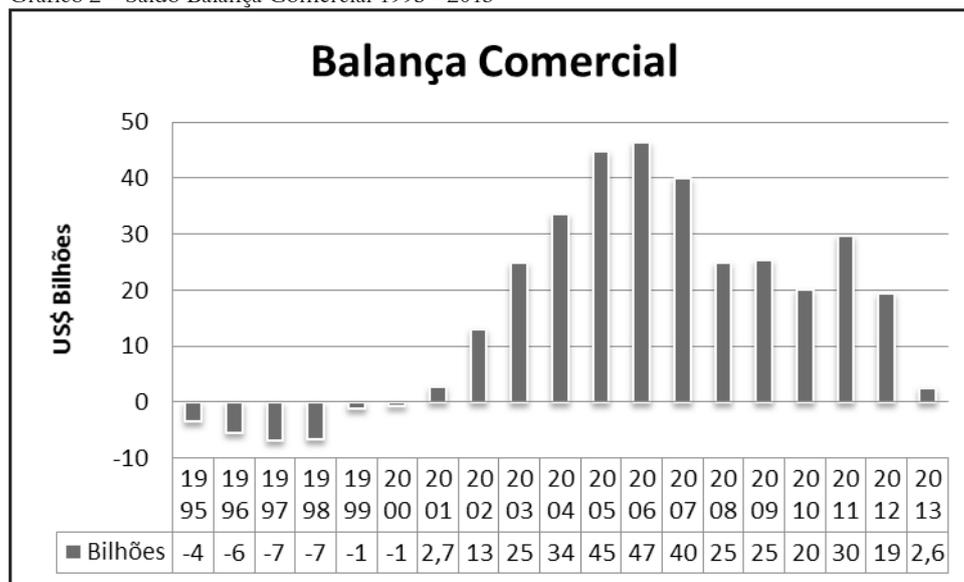
A chamada onda de privatizações no Brasil já havia começado com o governo Fernando Collor de Mello (1990-1991) e continuou durante a presidência de Itamar Franco (1992-1994). Porém, a série de medidas adotadas pelo governo Fernando Henrique em 1995, já mencionadas, promovem uma efetiva entrada de capitais no país, resultando na privatização de empresas, como a Vale do Rio Doce, a Eletropaulo e a Telebras (BNDES, 2010).

Quanto a esse fluxo de dinheiro via IED, segundo o Bndes (2002), resultante das privatizações desse período das cerca de 115 empresas privatizadas, a receita para o Governo, proveniente das aquisições, 69 bilhões de dólares aliados às dívidas transferidas para os novos proprietários, chega-se ao montante de, aproximadamente, 85 bilhões de dólares, dinheiro essencial para o governo brasileiro pagar suas contas externas e dinamizar as importações de máquinas e tecnologia para a indústria nacional no período (BNDES, 2002).

De acordo com Pinheiro, Giambiagi e Moreira (2001), a ampliação das privatizações no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi importante para a sustentação do Plano Real, especialmente durante seu primeiro mandato. Segundo eles, o auge das privatizações, ocorrido em 1997 e 1998, foi efetivamente o que atraiu fluxos de IED para o Brasil e contribuiu para o financiamento de cobertura do déficit em conta corrente do país.

Basicamente, durante o primeiro mandato do governo Fernando Henrique (1995-1998), do total de privatizações ocorridas, 53% do capital provieram de investidores estrangeiros, o que é possível verificar simplesmente por meio da análise do Gráfico 2, apresentado a seguir, desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (BCB), em 2011, no qual é possível observar que até o ano 2000 esse tipo de participação nos investimentos apresentava um crescimento sempre constante.

Gráfico 2 – Saldo Balança Comercial 1995 - 2013



Fonte: Banco Central do Brasil (2014).

Em 1998, em virtude da crise econômica russa, uma forte onda especulativa atingiu a moeda Real, resultado da vulnerabilidade do Brasil no plano externo, representado pela dependência do capital estrangeiro, e, no interno, pela precária situação das contas do setor público (UNCTAD, 2010).

A partir disso, em 1999, o Brasil, entre algumas medidas, adotou o regime de câmbio flutuante, promoveu alteração do regime monetário, propôs metas inflacionárias e procurou cumprir as novas regras impostas pelo FMI do qual o Brasil era devedor. Isso permitiu um grande fluxo de capital do exterior, que prosseguiu durante o ano 2000, chegando a 32,8 bilhões de dólares, conforme o Gráfico 1 (BNDES, 2001).

Entre os elementos que determinaram esse movimento ascendente dos fluxos de IED para o Brasil estão o aumento de confiança do investidor estrangeiro no cenário brasileiro e as facilidades construídas para a entrada desse tipo de investimento durante esse período. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a ampliação dos fluxos de IED para o

Brasil, em termos de fatores de atração, embora estivesse também atrelada à redução do “risco Brasil”, encontrou mais força nos elementos das vantagens comparativas recebidas pelos investidores como obtenção de grandes lucros nas aplicações (MARION FILHO; VIEIRA, 2010).

Segundo Nonnenberg (2003), o aumento de IED no período de 1994 a 2000 é, basicamente, explicado por dois motivos: o primeiro está relacionado à globalização financeira, à liberalização dos regimes de IED em muitos países e às crescentes transações de fusões e aquisições muito comuns nesse período; o segundo tem a ver com as alterações de políticas econômicas ocorridas a partir de 1990, como as privatizações e a desregulamentação da economia, que proporcionaram novas oportunidades para os investidores externos.

No final de 2001, em virtude da turbulência internacional gerada pelos atentados em solo americano e a posterior reação dos Estados Unidos, o mercado mundial diminuiu seu fluxo de investimento para nações em desenvolvimento e isso veio a se agravar. No caso brasileiro, isso também aconteceu motivado pela transição política pela qual a nação passou em 2002 e 2003. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e as possíveis incertezas do mercado quanto às posturas que ele adotaria em relação à economia ocorreu a entrada em 2003 de somente 10,1 bilhões de dólares no país (GREGORY; OLIVEIRA, 2005).

É interessante compreender que, sob o ponto de vista do Governo brasileiro, a elevação dos fluxos de IED, até aquele momento, era, como hoje, essencial, no sentido de que possibilitava o crescimento econômico, ao promover elevação da taxa de investimento sobre os diferentes setores da economia, mesmo que no caso das privatizações isso não representasse efetivamente a construção de novos empreendimentos, mas somente a aquisição do que já estava estabelecido, e que, em alguns casos, viesse a ocasionar aumento no desemprego em um curto prazo (GREGORY; OLIVEIRA, 2005).

A partir da análise do Gráfico 2, anteriormente apresentado, percebe-se que ocorre um constante crescimento no saldo da balança comercial brasileira de 2001 até 2006, fator que acarretará um aumento considerável no fluxo de moeda estrangeira no Brasil.

Em 2004, com a retomada no crescimento econômico mundial sob a liderança chinesa e americana e a consequente necessidade por *commodities* nesses países, o Brasil, como um grande exportador de produtos primários, e apresentando um ambiente estável e atraente para investimentos, fez com que o fluxo de capital estrangeiro voltasse a apresentar crescimento no cômputo geral; esse cenário se repete em 2005, ano no qual o Brasil, pelo acúmulo de reservas internacionais e superávit econômico em sua balança comercial (Gráfico 3), anunciou o pagamento antecipado de sua dívida com o FMI, no valor de 15,5 bilhões de dólares.

Entre 2006 e 2007, aproveitando o bom momento econômico pelo qual o mundo passava, o Brasil impulsionou suas exportações e lançou programas de incentivo da economia, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além disso, grande quantidade de empresas brasileiras lançou ações na bolsa; em apenas um ano, essa oferta de ações teve um crescimento de 142% (BNDES, 2008).

Em 2008, o Brasil, assim como o restante da economia mundial, apresentou um bom crescimento em diferentes setores. Porém, com o início da crise americana imobiliária, quebra de instituições financeiras, como o Lehman Brothers, no último trimestre do ano, o ciclo de crescimento nacional e, principalmente, de investimentos externos apresentou grande retração. Várias empresas que haviam anteriormente aumentado seu envolvimento na Bolsa de Valores e que dependiam fortemente das exportações, como a Sadia e a Aracruz, registraram grande prejuízo, com a alta repentina do dólar e a queda da demanda mundial no consumo, duas consequências dessa crise que veio a se aprofundar em 2009 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

O Brasil, como vários países emergentes, acabou sofrendo menos com essa crise ao longo de 2009, em comparação com países como Japão e Estados Unidos, pois adotou medidas de incentivo ao consumo interno, como desoneração de produtos industrializados e facilidade ao crédito para aquisição de casa própria, por exemplo.

A partir de 2010, a entrada de IED ao Brasil voltou a apresentar elevado acúmulo durante esse ano, de 48,5 bilhões de dólares (Gráfico 1), motivada, entre outros fatores, pela retomada econômica em países como Estados Unidos e Europa, os quais buscavam injetar dinheiro em sua economia. A nação norte-americana chegou a injetar cerca de 800 bilhões de dólares em seu mercado, a fim de retomar o crescimento; já no Brasil, empresas como a Petrobrás buscavam captar parte desse dinheiro mediante a oferta de ações e anúncios de descoberta de campos de petróleo e gás natural, no

chamado Pré-Sal, conseguindo arrecadar aproximadamente 70 bilhões de dólares em uma das maiores capitalizações da história do mercado financeiro mundial (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Em 2011, a entrada de IED registrou o maior índice desde 1947 no Brasil, 65,3 bilhões de dólares (Gráfico 1). O presidente do departamento econômico do Banco Central, Túlio Maciel, registrou em entrevista ao *site* Terra Economia que essa entrada de IED, na época, revelava a confiança do investidor na economia brasileira, era resultado de seu processo de evolução, expansão do mercado doméstico e a própria sustentabilidade desse movimento, e dizia que essa entrada de capital continuaria de forma constante.

Em 2012, o Brasil apresentou uma leve retração na entrada de IED, porém, mesmo assim, continuou alto (foi o segundo da história brasileira), alcançando o valor de 65,3 bilhões de dólares e apresentou-se bem distribuído entre os diferentes setores da economia brasileira, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) (2014), representando cerca de 28% do IED total na América Latina nesse ano, enquanto vários países europeus, como a Bélgica e a Alemanha, apresentaram uma grande retração, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Comparativo entrada em bilhões de dólares IED (Unctad 2010-2012)

País	2010	2011	2012	2011-2012 Variação %
Bélgica	85,7	103,3	19,3	-81,3
França	30,6	40,9	58,9	43,8
Alemanha	46,9	40,4	1,3	-96,8
Itália	9,2	34,3	5,3	-84,7
Espanha	40,8	29,5	17,5	-40,6
Reino Unido	50,6	51,1	62,5	22,2
Canadá	29,1	41,4	47,2	14
Estados Unidos	197,9	226,9	146,7	-35,3
Austrália	35,2	65,8	48,5	-26,3
Japão	-1,3	-1,8	-0,4	-27,3
Argentina	7,1	8,7	11,0	27,3
Brasil	48,5	66,7	65,3	-2
Chile	15,4	17,3	26,4	52,7
México	21,0	20,8	17,4	-16,5

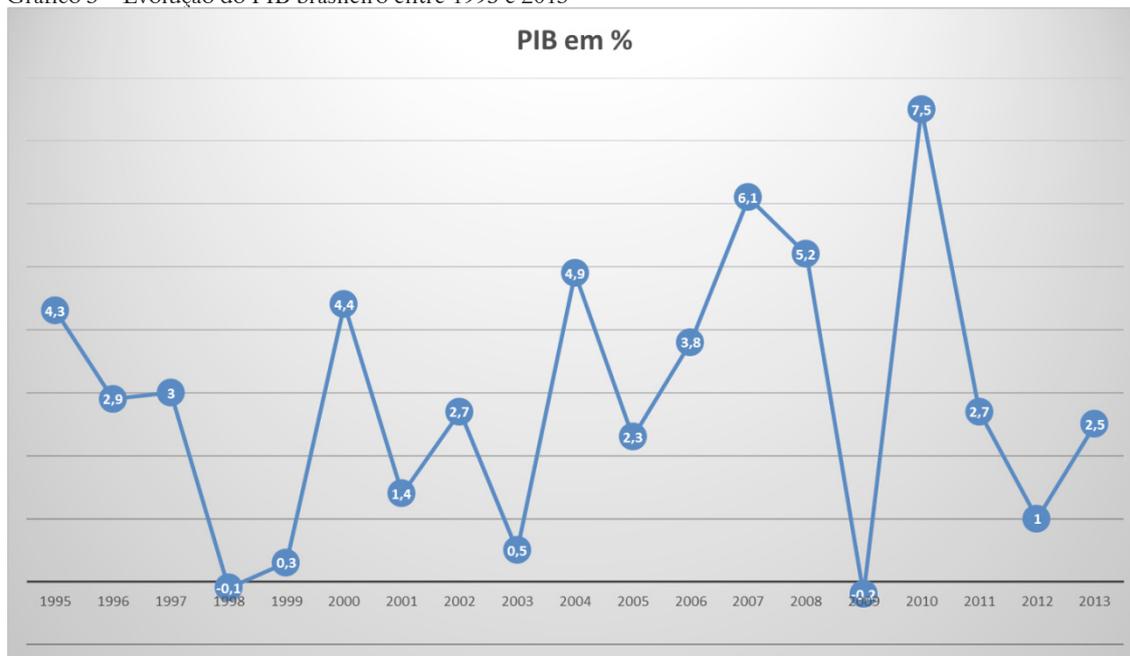
Fonte: Global Investment Trends Monitor (2013).

Ainda sobre a Tabela 1, é interessante notar como existiu um crescimento de IED para outros países em desenvolvimento, como Chile e Argentina. Especificamente nesses dois casos, verificou-se um aumento constante de entrada de capital entre 2011 e 2012, crescendo, respectivamente, 52,7 e 27,3%.

No ano 2013, o Brasil apresentou uma nova diminuição percentual na entrada de IED, 3,9%, porém, ainda assim apareceu como o sétimo país no mundo que mais recebeu investimentos estrangeiros na tabela da Unctad (2014). Essa grande entrada de capital garantiu que o crescimento do PIB brasileiro fosse o terceiro maior em 2013, atrás apenas da China e da Coreia do Sul (BNDES, 2013).

Ainda para o entendimento da importância da entrada de IED no Brasil e a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo período estudado, o Gráfico 3 apresenta a trajetória do PIB no Brasil.

Gráfico 3 – Evolução do PIB brasileiro entre 1995 e 2013



Fonte: Banco Central do Brasil (2014).

O gráfico de evolução do PIB demonstra como os diferentes fatores envolvidos no seu entendimento estão intrinsecamente ligados a questões, já citadas anteriormente, como a crise na Rússia em 1998, a transição política brasileira em 2003 e a crise financeira em 2009, que provocaram uma grande retração no PIB brasileiro; nesses anos houve diminuição na entrada de IED no Brasil.

A análise da porcentagem de entrada desse fluxo de capital (IED), em um ano como 2013, de 63 bilhões de dólares (Gráfico 1), revelou que este representa um valor global de 2,86% no PIB, de 2,2 trilhões de dólares, em um ano que houve crescimento de 2,5% do PIB.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi baseada em pesquisa bibliográfica para a definição de IED e da trajetória histórica da conjuntura brasileira e internacional. A pesquisa é do tipo descritiva na coleta dos dados financeiros, que foi realizada a partir dos *sites*, como Banco Central, Bndes e Unctad. Também foi utilizada a consulta a artigos já escritos sobre o tema, abrangendo sua leitura e interpretação.

Ainda, para Strieder (2009), a pesquisa descritiva é utilizada em estudos que pretendem avaliar características de determinada população ou determinado fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. Ela envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados como questionários e observação sistemática.

A partir disso, buscou-se analisar, com o uso de gráficos e tabelas e com a pesquisa nas fontes existentes sobre o tema, de que forma essa entrada de capital aconteceu desde 1995 até 2013, e qual a real importância para a economia do Brasil.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebeu, é que o IED é importante para a economia nacional, pois, entre outras coisas, contribui para o crescimento do PIB, é fonte de investimento no setor produtivo contribui para o acúmulo de moeda estrangeira, garantindo equilíbrio nas contas externas e o crescimento das reservas internacionais em dólar.

A entrada de IED colabora, também, por meio da criação de novos empregos, melhora na qualidade de vida da população, melhora na perspectiva por parte de investidores no mercado financeiro e muitas outras situações que estão ligadas à área econômica.

A análise histórica permitiu verificar que no período de dezoito anos abordado neste trabalho, o incentivo para a entrada desse tipo de capital (IED) pelo Governo brasileiro esteve presente entre uma de suas principais preocupações durante todo esse tempo, pois seu crescimento quantitativo demonstra que o equilíbrio e a estabilidade econômica estão acontecendo.

O que é possível perceber, diante dos números verificados de entrada de IED e o próprio crescimento do PIB, é que essa entrada de capital contribui para a economia brasileira, entre outras razões, na entrada de moeda estrangeira para equilíbrio das contas externas, reservas internacionais e até como uma importante fonte de investimento nos diferentes setores da economia brasileira. Corroboram essa informação Alves e Velasco (2001), quando colocam que as entradas de IED contribuem para o financiamento do déficit em curto prazo, pois, ao entrar capital, as reservas aumentam, e com isso há um equilíbrio no balanço dos pagamentos.

Percebe-se que a entrada de IED no Brasil esteve, durante o período estudado, diretamente ligada a fatores como a estabilidade financeira brasileira, o controle da inflação, o retorno financeiro de médio e longo prazos e a própria conjuntura econômica internacional.

Sua importância para a economia brasileira é percebida como fonte de investimento no setor produtivo, fonte de moeda estrangeira para o equilíbrio de pagamento das contas externas, reserva de moeda estrangeira e outras questões.

Foi possível compreender que até 2001, em virtude dos contínuos déficits na balança comercial, o IED foi fundamental para o pagamento dos compromissos externos brasileiros e isso foi conseguido, basicamente, no período em que houve um maior número de privatizações no país: 1996-2001.

Com o foco no incentivo às exportações após 2002, o superávit conseguido por meio disso, além do contínuo acúmulo de IED, permitiu ao Brasil compor uma importante reserva internacional, que em 2013 chegou a somar um valor próximo a US\$ 376 bilhões.

Futuros trabalhos sobre o tema poderiam abordar, de forma mais específica, a quantidade de novos empregos gerados pela entrada de IED, os ganhos tecnológicos para diferentes setores e outras questões que não foram abordados neste estudo. Espera-se que este trabalho sirva como referencial teórico para esses estudos e outros caminhos que vierem a surgir sobre IED.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A.; VELASCO, E. Evolução e distribuição setorial do investimento direto estrangeiro no Brasil no período de 1995 a 1999. **Revista FAE**, v. 4, n. 1, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.fae.edu/revistafae/exibe-edicoes.vm?id=67810315>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do Banco Central do Brasil. **Relatório 2009-2011**. 2010. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2009>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Contas Externas até março de 2014**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%208-contas%20externas.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BNDES. **Relatório Anual BNDES 2001-2013**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

BRASIL ECONÔMICO. **Ingresso de IED no Brasil tem limites**. 2014. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/olhar-planalto/2014-06-16/ingresso-de-ied-no-brasil-tem-limites.html>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

CARBAUGH, R. J. **Economia Internacional**. Tradução Roberto Galman. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **O investimento estrangeiro na América Latina e no Caribe**. Documento informativo. Santiago del Chile, 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/brasil/default.asp>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

DUNNING, J. H. Determinants of foreign direct investment: globalization induced changes and the role of fdi policies. ANNUAL BANK CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS, 1., 2002, Washington. **Annals...** Washington: World Bank, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

GREGORY, D.; OLIVEIRA, M. F. B. A. **O desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para a atração de investimento estrangeiro direto**. 2005. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/brazil.atracaodeIED.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

MARION FILHO, P. J.; VIEIRA, G. M. Fusões e Aquisições (F&A) de empresas no Brasil (1990-2006). **Revista de Administração da UFSP**, v. 3, n. 1, p. 109, 2010. Disponível em: <<http://www-periodicos-capes.gov-br.ez225.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

MATTOS, L. B. de; CASSUCE, F. C. da C.; CAMPOS, A. C. Determinantes dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, 1980-2004. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482007000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482007000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jul. 2014.

NONNENBERG, M. J. B. **Determinantes dos investimentos externos e impactos das empresas multinacionais no Brasil**: as décadas de 1970 e 1990. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td\\_0969.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0969.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2014.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **O Brasil na década de 90**: uma transição bem-sucedida? 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

RECEITA FEDERAL. **IDE Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/IDE/IDEBrasilCuba/ide.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

SERRA, I. F. **Influência do investimento estrangeiro direto na economia brasileira**: uma análise por setores da economia. Brasília, DF: Universitas, v. 8, n. 1, p. 4, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

STRIEDER, R. **Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2009.

TERRA ECONOMIA. **Investimento estrangeiro no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/investimento-estrangeiro-no-brasil-em-2011-e-o-maior-desde1947,2b380b89a3811410VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

UNCTAD. **World Investment Report 2007**: transnational corporations, extractive industries and development. New York; Geneva, 2007. Disponível em: <[http://www.unctad.org/en/docs/wir2007\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/wir2007_en.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2014.

